

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data:** 17/11/2019**Seção:** Colunas**Autor:** Sonia Racy**Título:** Em caixa

Direto da Fonte

A Petrobrás recebeu de volta mais uma parcela de valores cobrados indevidamente por fornecedores, em contratos investigados pela Operação Lava Jato. Desta vez, foi a SBM, que aluga plataformas para a empresa, a fazer mais um ressarcimento – agora, de R\$ 164 milhões. No total, a Petrobrás já recuperou R\$ 4,3 bilhões que haviam sido desviados em esquemas de corrupção desvendados pela investigação.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 17/11/2019**Seção:** Especial**Autor:** Gabriel Alves**Título:** Instituto de oceanos idealizado em 2010 não saiu do papel

Plano integrado de monitoramento ganha mais pressão após vazamento de óleo

São Paulo- Um sistema integrado de monitoramento do oceano poderia ter avisado as autoridades, com alguma antecedência, que uma grande mancha de óleo se aproximava da costa brasileira.

“É possível que o vazamento fosse detectado até mesmo alguns dias antes por alguma boia”, especula José Muelbert, professor do Instituto de Oceanografia da FURG (Universidade Federal de Rio Grande, no Rio Grande do Sul).

Mas não há tal sistema ou um instituto nos moldes da agência americana Noaa (Administração Nacional Oceânica e Atmosférica). O conhecimento produzido no país sobre sua costa e o oceano ainda é fragmentado, e falta integrá-lo, armazená-lo e disponibilizá-lo para a prevenção de acidentes. “Falta mesmo um sistema de monitoramento oceânico 24 horas por dia, sete dias por semana”, diz Muelbert.

No papel, ele até existe e tem nome. O Inpo, o Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas, foi concebido em 2010 em uma reunião da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência).

Edmo Campos, professor do Instituto Oceanográfico da USP conta que, à época, a ex-presidente Dilma Rousseff, que tinha acabado de vencer a eleição, gostou da proposta. O instituto chegou a ser “formatado” no ano de 2013, mas, com a instabilidade política e crise econômica dos anos seguintes, ficou fora das prioridades governamentais.

Agora, após o vazamento de óleo que atingiu mais de 500 locais no Nordeste e no Espírito Santo e pegou todo mundo desprevenido, apressão para colocar o Inpo em pé cresceu.

O MCTIC (Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações) confirma que não há, hoje, no Brasil, “uma estrutura que alie pesquisa, desenvolvimento de tecnologia, infraestrutura operacional e administrativa adequada que permita a geração de conhecimento sobre os oceanos com vistas a atender as demandas do poder público, sociedade e setor privado”.

Segen Estefen, professor de estruturas oceânicas da Coppe/UFRJ (Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro), é quem lidera as negociações sobre o Inpo com o MCTIC. Ele prevê que o instituto possa começar a atuar em um ou dois anos — caso haja recursos.

Segundo o ministério, o aporte orçamentário do governo federal depende da disponibilidade de recursos em 2020 e deverá ser adequado à data de criação e desafios iniciais do Inpo.

“Em relação aos investimentos privados, espera-se que empresas de setores como petróleo, portos e pesca possam demandar do Inpo soluções para desafios técnicos e científicos, remunerando a entidade pelos serviços prestados”, disse o MCTIC.

Segundo Estefen, o Inpo deve ser uma OS (organização social), personalidade jurídica que flexibiliza a gestão de pessoas (que não precisam passar por concurso), a obtenção de recursos, o gasto desse dinheiro (não são necessários longos processos de licitação, por exemplo) e o estabelecimento de parcerias.

O início deve ser modesto, com uma rede de laboratórios e iniciativas já existentes de universidades e da Marinha que funcionam de forma independente e sem integração.

Não há previsão de se construir novos laboratórios, e a sede administrativa, em local a ser definido, deve ser enxuta. A reunião para definir os próximos passos deve ocorrer em 10 de dezembro no Rio.

A grande inspiração deve ser a Noaa, agência americana para atmosfera e oceanos que reúne um imenso banco de dados e fornece serviços de previsão do tempo, monitoramento do clima, da costa, além de prestar auxílio à marinha mercante.

Em 2020, a agência deve ter um orçamento de US\$ 4,5 bilhões "(R\$ 18,8 bilhões). No mesmo ano, o próprio orçamento do MCTIC deve permanecer estagnado, com R\$ 3,8 bilhões, segundo a previsão do PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual).

Outros países com institutos nacionais de oceanos são França, Reino Unido, Noruega, Alemanha, Austrália, Canadá e China.

O Inpo terá como desafio integrar as informações de projetos já em curso do país, como o SiMCosta (Sistema de Monitoramento da Costa Brasileira), coordenado por Carlos Garcia, professor da UFSC, e o SNBoias (Sistema Nacional de Boias), coordenado pela Marinha (responsável pelo monitoramento oceânico), além de outras iniciativas ligadas à fauna marinha, como o Projeto Tamar e o Projeto Baleia Jubarte.

"Às vezes os cientistas se aposentam e ninguém sabe o que fazer com os dados depois. Nós perdemos essas informações por falta de meio eficiente de armazenamento e disponibilização", diz Estefen.

No SiMCosta, por exemplo, 12 boias (estações de monitoramento oceanográfico) medem propriedades do mar ao longo do tempo. Cada uma custa, em média, R\$ 500 mil. Com esse aparato é possível obter dados como temperatura, direção do vento, salinidade e até mesmo presença de nutrientes e de oxigênio no ponto onde a boia se encontra ancorada.

O SiMCosta foi responsável por fornecer informações do tempo e das condições marítimas para a realização da Olimpíada do Rio, em 2016.

As boias em operação hoje vão do Rio Grande do Sul até a Bahia. O Nordeste, principal região atingida pelo vazamento de óleo, não está contemplada nesse projeto.

A meta, segundo Garcia, é que haja ao menos uma boia por estado. Somente na costa dos EUA, a Noaa opera mais de 150 boias em seu sistema próprio, além de outras dezenas em colaborações internacionais.

Também estão no SiMCosta mais de uma dezena de maré-grafos, que registram altitude e nível do mar para que, a longo prazo, seja possível compreender o impacto das mudanças climáticas e obter dados sobre os locais mais suscetíveis a alagamentos, por exemplo.

Garcia afirma que os sistemas hoje são, em grande parte, coordenados por professores universitários dentro do contexto de projetos de pesquisa, que têm financiamento por períodos curtos, muitas vezes de até cinco anos.

“No geral, a situação do Brasil é crítica. Há poucas séries temporais de dados contínuos na costa e no mar que permitam traçar tendências sobre o que está acontecendo”, afirma Alexander Turra, do Instituto Oceanográfico da USP. “O Atlântico Sul ainda é a região mais subcompreendida entre todas as bacias oceânicas”, diz Turra, que coordena a ReBentos, rede que monitora os habitats no fundo do mar.

Entre as boas iniciativas no país ele destaca as dos grupos que monitoram recifes de corais na Baía de Todos os Santos e em Abrolhos, na Bahia.

Para Carlos Garcia, da UFSC, é possível que imagens de satélite tenham registrado o derramamento, mas o desafio de prever e conter o vazamento de óleo é maior porque a fonte é desconhecida e o óleo é denso e permanece abaixo da superfície da água.

Esse tipo de monitoramento é mais intenso em regiões de maior risco, por exemplo, onde há exploração de petróleo. A Petrobras afirma que dispõe de “satélite, sistemas de supervisão instrumentados, embarcações e equipe de profissionais especializados para monitoramento de suas operações e detecção de possíveis vazamentos”.

“Ressalta-se que um vazamento de fonte incerta, de óleo extra pesado e sem precedentes em nosso país, inviabiliza o recolhimento do produto ainda em alto mar com os equipamentos utilizados pela Petrobras”, diz a empresa.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 17/11/2019

Seção: Colunas

Autor: Joana Cunha

Título: Nublado

PAINEL S.A

Depois de três audiências públicas em Brasília, a taxação de energia solar gerada por consumidores será debatida na assembleia Legislativa de São Paulo no dia

25. O deputado federal Vinícius Poit (Novo-SP) convidou para o evento a Aneel, o ministério da Economia, distribuidoras e associações do setor.

VEÍCULO: O Globo

Data: 17/11/2019

Seção: Economia

Autor: PEDRO CAPETTI E HENRIQUE GOMES BATISTA

Título: Cidades desperdiçam chance de investir mais com royalties

NEM MESMO RENDA EXTRA GARANTE OBRA

Maioria das cidades campeãs de royalties do petróleo investe abaixo da média

RIO E SÃO PAULO-A restrição orçamentária que predomina entre os municípios brasileiros afeta até mesmo os que contam com recursos extras da indústria do petróleo. Levantamento feito pelo GLOBO com base em dados do Tesouro Nacional, da Firjan e da Agência Nacional do Petróleo (ANP) mostra que 14 das 20 prefeituras que mais receberam royalties e participações especiais (tributos cobrados nos campos petrolíferos mais produtivos) em 2018 gastaram menos que a média de todas as cidades do país em investimentos, como infraestrutura, novas escolas ou saneamento. Elas não conseguiram investir mais de 5,1% de sua receita total.

A situação tem piorado nos últimos anos. Em 2014, apenas oito dos 20 maiores beneficiados pelos royalties investiam abaixo da média nacional. No ano passado, essas prefeituras receberam R\$ 7 bilhões do petróleo, mas investiram, em média, 4% de suas receitas. A lista tem cidades de Rio, São Paulo e Espírito Santo, que concentram a maior parte da produção de petróleo e gás do país. As compensações pagas pelas petroleiras pelo impacto da atividade são divididas entre União, estados e municípios em cujo litoral estão localizados os campos produtores.

A taxa de investimento baixa nas cidades produtoras mostra que essa riqueza, que é finita, não tem gerado um legado para a população. Em vez de projetos que possam elevar o desenvolvimento local e impulsionar alternativas econômicas ao petróleo, os prefeitos priorizam gastos correntes e expandem folhas de pagamentos. Muitos têm que pagar dívidas com bancos que já anteciparam essas receitas.

— As receitas dessas prefeituras cresceram muito até 2013, mas, com o recuo do preço do petróleo (que influencia os royalties), tiveram queda súbita. Como enrijeceram os orçamentos, contratando pessoal, ficaram sem espaço fiscal quando a arrecadação despencou e penalizaram os investimentos — avalia Rodrigo Orair, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

‘VENDER O FUTURO’

Campos dos Goyatacazes, no Norte Fluminense, chegou a ter mais de R\$ 2 bilhões por ano do petróleo. Com a queda da produção na Bacia de Campos, recebe hoje quase R\$ 700 milhões, um terço de sua receita. No entanto, só 1% de tudo o que a cidade arrecadou foi para obras nos últimos dois anos. O gasto com pessoal é grande e o fundo criado para financiar a atração de empresas acumula déficit de R\$ 400 milhões. Muitas fecharam as portas e foram embora sem pagar os créditos e nem gerar vagas.

Pelo menos 10% dos royalties que Campos recebe vão direto para o pagamento de empréstimos. O prefeito, Rafael Diniz (Cidadania), culpa gestões passadas pelo mau uso dos recursos, e agora se diz obrigado a “vender o futuro”: — Diante dessa realidade, resta pouco para investir.

Para José Luis Vianna, professor da Universidade Cândido Mendes que estuda o impacto dos royalties, o Brasil ainda não conseguiu dar uma boa solução para a aplicação da riqueza gerada pelo petróleo. Nas contas dele, as cidades do Norte Fluminense receberam R\$ 100 bilhões nas últimas duas décadas, mas seguem dependentes dessa indústria: — Não podemos nem dizer que o Norte Fluminense investiu mal. O que vimos foi mais que uma tragédia porque a região está pior hoje.

Por outro lado, Vianna alerta que distribuir a renda do petróleo entre todos os estados e municípios não é o melhor caminho. A pulverização favoreceria ainda mais o uso dos recursos nos gastos correntes.

No ano que vem, o Supremo Tribunal Federal (STF) julga a constitucionalidade de uma lei que redistribui royalties para todos os entes da federação, suspensa por liminar.

— Dividir igualmente daria um alívio temporário às contas públicas, sem criar um legado. Diluiria recursos importantes, que, juntos, poderiam fomentar uma transformação econômica — diz Vianna.

— Regiões produtoras no mundo como a Noruega ou o Alasca (estado dos EUA) criaram fundos e usam os recursos para um planejamento estratégico de longo prazo.

Maricá, cidade que mais recebe royalties no Estado do Rio (R\$ 1,514 bilhão), conta com investimentos acima da média nacional nos últimos seis anos. Em 2018, foram 10,5% da receita. Apenas 4,5% da cidade têm saneamento e 35%, distribuição de água. Os investimentos buscam expandir esses indicadores para 70% em dois anos.

O município tem trabalhado para diminuir a dependência de royalties. Em 2018, mais de 70% da receita vinham do petróleo. A cidade destina 5% desses recursos a um fundo soberano. O objetivo é atrair investidores em projetos de Parceria Público Privada (PPP) em saúde, educação e infraestrutura para tornar a cidade um polo tecnológico e industrial no futuro. A expectativa é que o fundo acumule R\$ 3 bilhões até 2030.

Niterói, segunda maior recebedora de royalties do país, investiu acima da média nacional por quatro anos, em projetos de saneamento e mobilidade, mas resolveu pisar no freio para aperfeiçoar os planos. Em 2018, destinou 5% das receitas para investimentos. Segundo o prefeito Rodrigo Neves (PDT), a prioridade foi quitar dívidas e a criação de um fundo para definir melhor a aplicação dos royalties:

— Essa poupança vai permitir que Niterói nas próximas décadas mantenha a sua condição de estabilidade, mesmo na crise. Queremos ter R\$ 300 milhões até o fim de 2020.

Municípios do litoral norte paulista, como Ilhabela, São Sebastião, Caraguatatuba e Ubatuba, também planejam uma forma diferente de investir a renda do petróleo. Eles criaram um consórcio para pensar conjuntamente políticas e projetos para o desenvolvimento da região, que começa a funcionar neste mês. Com o deslocamento da produção para o pré-sal da Bacia de Santos, essas cidades tendem a ver sua participação nos royalties subir nos próximos anos.

INSEGURANÇA

Situação parecida com a de Saquarema, na Região dos Lagos, que será a cidade mais beneficiada pela produção dos dois blocos do pré-sal vendidos no megaleilão, Itapu e Búzios. Em 2018, a cidade já tirou do petróleo 25% de suas receitas, mas só destinou 4,9% delas para obras. Sofre com buracos nas ruas e falta de manutenção de praças e da orla.

A secretária de Planejamento, Daniele Guedes, diz que a prefeitura tem evitado fazer aportes volumosos em projetos de longo prazo com a incerteza gerada pelo julgamento pendente no STF: — Temos preocupação com a austeridade. Não ordeno despesa sem receita no caixa. O temor de queda arrecadação com o julgamento é real.

Para Jonathan Goulart, gerente de estudos econômicos da Firjan, o impasse no STF é mais um sinal de alerta: — As prefeituras utilizam essas receitas não recorrentes, que têm volatilidade grande, e muitas vezes são surpreendidas. É preciso equilíbrio fiscal para não ter dependência.

Para Orair, do Ipea, independentemente do debate no STF, não há mais tempo — e nem dinheiro — a perder. É preciso encontrar uma forma eficiente de canalizar a renda do petróleo para projetos que façam diferença no futuro dessas cidades: — O petróleo vai acabar.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 17/11/2019

Seção: Brasil

Autor: Luiz Calcagno

Título: Tesouro ameaçado

O petróleo cru que atingiu o litoral brasileiro continua a se espalhar e provocar danos ambientais. O produto químico atingiu o Delta do Rio Parnaíba, entre o Piauí e o Maranhão, área de proteção ambiental e berçário marinho, abrigo de diversas espécies. No lado piauiense, as praias do Sal e de Atalaia foram consideradas impróprias para o banho. Na sexta, a Marinha registrou os primeiros indícios de óleo na praia de Camburi, em Vitória (ES).

Sob a condição do anonimato por medo de represálias, um técnico do Ministério do Meio Ambiente afirmou ao Correio que o produto atingirá o Rio de Janeiro. “É questão de dias”, garantiu. É cedo para afirmar se o óleo chegará ao litoral norte de São Paulo, ou se ficará parado em Cabo Frio (RJ). Isso porque a mobilidade das manchas rumo ao estado paulista dependerá de condições meteorológicas. Voltando ao Nordeste, ainda ontem, militares da Marinha foram mandados para a região do Delta do Parnaíba, para dar início aos trabalhos de limpeza na região.

Plano de ação

No Ministério do Meio Ambiente, a expectativa é que os danos ambientais sejam menores no Espírito Santo, no Delta do Parnaíba e na costa fluminense. As análises já previam que essas localidades seriam atingidas, então foi possível traçar um plano de ação com antecedência. É uma situação diferente do que ocorreu em outras praias do Nordeste entre o fim de agosto e o início de outubro, quando, com mais de um mês de atraso, o governo acionou o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo (veja Linha do tempo).

“O Espírito Santo já sabia que seria atingido. Houve tempo para se preparar. Então, tem uma articulação entre Ibama, ICMBio e órgãos estaduais de meio ambiente, que já vêm conversando e se preparando nos municípios. Existe uma estrutura do PNC que eles conseguiram organizar. Temos instituições

ambientais fortes na região. Chegou bastante (óleo) em uma área de desova de tartarugas, em Regência”, contou o técnico do MMA.

Segundo um levantamento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) divulgado na sexta-feira, em toda a costa, o óleo atingiu, pelo menos, 140 espécies da fauna marítima brasileira. O contato com o produto resultou na morte de cerca de 100 animais. As principais vítimas do químico são as tartarugas marinhas, com um total de 96 registros de contaminação, seguido pelas aves, com, ao menos, 30 casos. Em outro levantamento do instituto, este divulgado ontem, ao todo, o óleo cru atingiu 10 estados, 115 municípios e 625 regiões.

O governo divulgou, no início do mês, que o navio petroleiro grego Bouboulina seria suspeito do derramamento de óleo. A embarcação pertence à empresa Delta Tankers, que nega. As investigações continuam.

» Linha do tempo

» As primeiras manchas de óleo apareceram no fim de agosto em praias da Paraíba e de Sergipe.

» Até 8 de setembro, já havia registros de manchas de óleo em oito dos nove estados do Nordeste. Os focos de contaminação continuaram a crescer.

» No meio da contaminação, o governo federal acumulou polêmicas. Só acionou o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em 8 de outubro, com 38 dias de atraso.

» Faltou coordenação entre os órgãos governamentais preparados para lidar com a tragédia. A Marinha só regularizou as ações em 8 de outubro, e o Ibama, 17 dias após a corporação.

» Em 24 de outubro, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles acusou, sem provas, a organização Greenpeace, de ter despejado o produto químico no mar. Dias antes, a mancha de óleo atingiu Cabo de Santo Agostinho (foto), em Pernambuco.

» O fato veio a público após uma publicação do jornal Estado de São Paulo, que teve acesso a documentos. Há indícios de que o decreto do presidente que extinguiu diversos conselhos teria atrapalhado uma ação mais célere.

» Segundo o governo, correntes oceânicas do Equador carregaram o óleo derramado em alto-mar em direção ao Nordeste. Na costa brasileira, porém, essa corrente se dividiu em duas espalhando o produto químico em direção aos estados do Norte e ao sudeste.

» Em 2 de novembro, o óleo atingiu o parque Nacional de Abrolho, na Bahia. A essa altura, já havia chegado, também, às primeiras praias no Norte do Espírito Santo. A Polícia Federal tinha um suspeito da catástrofe.

» O governo divulgou, no início do mês, que o navio grego petroleiro Bouboulina, da empresa Delta Tankers, seria o principal suspeito do derramamento de óleo. Porém, a companhia e empresas especializadas em análise do mar via imagem de satélite questionam a informação.

» Em 16 de novembro, o óleo atingiu o Delta do rio Parnaíba, entre Maranhão e Piauí, e várias localidades no Espírito Santo.

MME / ASCOM .